

Trecho 1

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Testes ABC** – para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. 13a. ed. Brasília: INEP, 2008.

Prefácio da 11a. Edição

A que se destinam os Testes ABC de que trata este livro?... Fundamentalmente, a verificar nas crianças que procuram a escola primária o nível de maturidade requerido para a aprendizagem da leitura e da escrita. Quando se saiba que esse nível não apresenta coincidência rigorosa com a idade cronológica, nem com a idade mental de cada aluno, logo se percebe a importância prática de tal verificação.

Desde que obtido, nos termos numéricos que as provas permitem, será então possível classificar os alunos em três grupos gerais, quanto ao que deles se possa esperar: os que, nas condições comuns do ensino possam rapidamente aprender, ou seja, num só semestre letivo; os que normalmente venham a aprender no decurso de todo o ano; e, enfim, as crianças menos amadurecidas, que só lograrão a aquisição da leitura e da escrita, nesse prazo, quando lhes dedicemos atenção especial, em exercícios preparatórios, adequadas condições de motivação ou, mesmo, certo trabalho corretivo. O diagnóstico permitirá, pois, um prognóstico, quer dizer, a previsão dos resultados do trabalho escolar. Isso ensejará nas escolas isoladas a organização de seções pelo nível de maturidade conhecida; e, nas escolas graduadas, a organização de classes seletivas, praticamente homogêneas.

É evidente que, assim se fazendo, o ensino se tornará mais racional, mais tecnicamente fundado, com economia de tempo e esforço, tanto da parte dos alunos, quanto dos mestres. Igualmente, terão inspetores e diretores mais precisas indicações sobre a tarefa entregue a cada professor. O trabalho docente poderá ser, enfim, mais judiciosamente avaliado.

E não será tudo. Desde que os mestres bem compreendam os fundamentos dos Testes ABC, passarão a ter uma visão mais exata das situações da aprendizagem nas crianças a seu cargo, podendo melhor orientar o ensino, em cada caso. Perceberão que não existem procedimentos mágicos que ensinem a ler, que as crianças diferentemente aprendem segundo suas condições peculiares, e que essas condições deverão ser conhecidas. Entre elas, não estarão apenas as da maturidade, como conceito geral, mas as que decorram também de desajustamento, em certo número de alunos, e que, no ato da aplicação das provas, poderão igualmente denunciar-se.

De fato, ainda nesse caso, os Testes ABC serão instrumento útil. A aplicação, que é individual, permitirá que os mestres observem aspectos do comportamento emocional das crianças, o que os alertará para os casos que desde logo reclamem cuidados especiais. Além disso, por deixarem as provas registro gráfico, a todo o tempo serão possíveis confrontos elucidativos para o esclarecimento de dificuldades individuais na aprendizagem.

A três pontos fundamentais respondem portanto os Testes ABC: ao diagnóstico das condições de maturidade para aprender; ao prognóstico do comportamento das crianças nas situações sucessivas do ensino; e à necessidade de maior estudo de certos alunos, geralmente tidos como de comportamento difícil, ou ‘crianças-problema’.

Essas são as conclusões a que se tem chegado com a aplicação sistemática dos Testes

ABC, por mais de trinta anos, não só em escolas brasileiras, como nas de mais de duas dezenas de países da América e da Europa, conclusões que confirmam os fundamentos de sua organização e das técnicas que recomendam. Por outro lado, têm eles suscitado investigações novas sobre os fundamentos da leitura e da escrita e, conseqüentemente, sobre a didática dessas matérias.

É o que se poderá verificar de informações constantes do texto deste livro e, de modo mais extenso, em numerosos trabalhos que se mencionam na bibliografia especial, ao fim do volume.

Quando esses trabalhos se examinem, pode-se afirmar que os Testes ABC, como tema de estudo, já não pertencem apenas a seu organizador, mas a numerosos especialistas que, em diferentes meios e épocas, os têm analisado e em alguns pontos aperfeiçoado, destacando por vezes novas conseqüências de sua aplicação.

De modo geral, esses estudos podem ser distribuídos em quatro categorias.

Os da primeira, mais numerosos, ou apenas mencionam os Testes ABC como úteis, ou divulgam mais completos resultados de sua aplicação, discutindo questões de aferição e validade prática, tanto na forma original em língua portuguesa, quanto nas de adaptação a outros idiomas. Vários deles consignam análises estatísticas minuciosas, desde os primeiros, de Noemy Silveira, J. P. Fontenele, Isaías Alves e Jacyr Maia, no Brasil, e os de Ernesto Néelson e José de Forgione, na Argentina, até outros, mais recentes, como os de Otávio Martins, Romanda G. Pentagna, vários técnicos do Instituto de Pesquisas Educacionais do Estado da Guanabara, e Zélia Milléo Pavão, ainda em nosso país; e os de E. Salinas Cossio e Isabel Betancourt, no México, Ercília Carbonnell de Argento, no Uruguai, Colette Cangrus, na França, e Francisco del Olmo, na Venezuela.

Outros, também numerosos, têm considerado um importante problema prático que a aplicação de testes de maturidade levanta, e que assim pode ser indicado: ‘Como trabalhar com os alunos imaturos, ou o que fazer para que eles vençam as condições da imaturidade verificada?...’

Quanto ao primeiro ponto, muitas dessas investigações assinalam a utilidade de exercícios de valor compensatório ou corretivo, a que já a 1ª edição deste livro fazia menção citando um experimento conduzido por Adalívia de Toledo, em São Paulo, no ano de 1931. Mais completas pesquisas a esse respeito passaram a ser feitas, no entanto, por Ofélia Boisson Cardoso, Carmem Gil, Irene de Albuquerque, Heloísa Marinho, Juraci Silveira e outras dedicadas educadoras brasileiras, pesquisas de que se dá circunstanciada notícia no penúltimo capítulo deste volume, aí se incluindo também as normas práticas sugeridas. Estudos idênticos, de conclusões similares, foram feitos em outros países, destacando-se pela precedência os de S. Ramóm González, na Argentina, e G. P. Iglesias, na República Dominicana.

Quanto ao segundo ponto, os resultados dos Testes ABC têm servido de base a importantes investigações relativas a condições de saúde e subnutrição, perturbadoras da aprendizagem, tais como as que, em 1949, fizeram médicos escolares do antigo Distrito Federal, e, ainda de outras, referentes ao esclarecimento de problemas do nível econômico e social das crianças de que o trabalho pioneiro foi em 1941 publicado por Zoraida Vespa, na Argentina.

Ligado, sem dúvida, a algumas dessas condições, mas de categoria especial, um terceiro grupo se apresenta. É a dos trabalhos que têm considerado os Testes ABC como instrumento propedêutico de Psicologia Clínica, isto é, elemento útil à caracterização preliminar de casos de crianças com maiores problemas de ajustamento a que a escola

deve dar atenção, tanto no plano propriamente didático, quanto pelo aspecto social e humano.

Em nosso país, os primeiros estudos a esse respeito devem-se a Ofélia Boisson Cardoso, que deles tem dado conta em livros e conferências, como as que, em especial, realizou no Simpósio da Associação Brasileira de Educação, sobre o assunto, promovido em fins de 1953, no Rio de Janeiro, em comemoração ao 25o aniversário da primeira comunicação dos Testes ABC. Igualmente valiosos, são os trabalhos do Instituto de Pesquisas Educacionais, do antigo Distrito Federal, e os de Romanda Pentagna, no Estado do Rio de Janeiro; e, no estrangeiro, as pesquisas de Jean Simon e S. Dècobert, na França; as de Francisco del Olmo, na Venezuela, e de Maria A. C. Mamede Neves e Andrew F. Quirolli, estas ultimamente iniciadas nos Estados Unidos. Várias delas, ressaltam inegáveis relações entre maturidade e linguagem, maturidade e dislexia, maturidade e disartrias.

Os trabalhos do grupo final analisam os fundamentos teóricos gerais da hipótese que os Testes ABC vieram a propor, ou o seu constructo fundamental. A esse respeito, grandes mestres tiveram a gentileza de manifestar-se, como Lewis Terman, da Universidade de Stanford; Rudolph Pintner, da Universidade de Colúmbia; Henri Piéron, da Universidade de Paris; Enzo Bonaventura, da Universidade de Florença, e A. Ballesteros, do Ministério da Educação da Espanha, além de D. Tirado Benedí e S. Hernandez Ruiz, do México, os quais, em várias de suas obras analisam os fundamentos das provas. Mais recentemente, e também em mais de um estudo, assim o fez o especialista da Psicologia da Leitura, William S. Gray.

No mesmo sentido, mas considerando novos aspectos, devem ser citados os trabalhos do psicólogo francês Jean Simon, que considera a hipótese básica dos Testes ABC “precursora da orientação das investigações que atualmente se desenvolvem sobre a leitura”. E, enfim, a importante obra de Berta P. de Braslavsky, *La querrela de los métodos em la enseñanza de la lectura*, publicada em 1962, pela Editorial Kapelusz, de Buenos Aires, e na qual a ilustre especialista, além de emitir seu juízo próprio sobre essa questão, apresenta um resumo muito documentado da influência que a teoria e a prática dos Testes ABC tem exercido nos estudos da Psicologia da Leitura e, conseqüentemente, nos de sua metodologia em diferentes países.

A oitava edição, revista, fez menção a esses novos trabalhos, bem como procurou mais esclarecer o confronto entre os resultados da aferição de 1931, em São Paulo, e os da extensa aplicação de 1934, no antigo Distrito Federal, matéria para a qual foram muito úteis as questões apresentadas ao A. pelo professor Romeu de Moraes Almeida, do Departamento de Psicologia Educacional, da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, da Universidade de São Paulo.

A nona edição salientou a importância de documentada tese que esse mesmo ilustre professor apresentou à Universidade de São Paulo, sob o título *Lateralidade, maturidade para leitura e escrita e rendimento escolar de canhotos e destros*, a qual relata investigação muito valiosa e na qual se empregaram também os Testes ABC.

Ao tirar-se a 11a edição, deve-se registrar que o *Traité de Psychologie Expérimentale* publicado em Paris sob a direção de Paul Fraisse e Jean Piaget, em seu volume VIII, cita e comenta o conceito de maturidade específica para a leitura e escrita, propagada pelos Testes ABC, num estudo de Gaston Mialaret, especialista na Psicologia dessas disciplinas.

O A. sente-se desvanecido em ver que a sua iniciativa, modestamente formulada como incentivo aos professores brasileiros para o estudo de questões de pedagogia experimental, assim tenha despertado a atenção de numerosos especialistas, como se

sente feliz em verificar que as singelas provas que organizou estejam prestando algum benefício a crianças e mestres de grande número de países.

Rio, julho de 1969.

Lourenço Filho

Trecho 2

FERREIRA, Orbelino. **Brasil pedagógico** (notas duma viagem de estudo, crítica aos programas de Ensino Primário do Brasil, etc). Lisboa: Associação Acadêmica da Escola do Magistério Primário de Lisboa. 1953.

Primeiras impressões

O Brasil é, turisticamente, um país maravilhoso e por fazer, muito diferente do que dele pensamos antes de o visitar. O seu progresso e cultura não nos assombram nem ofendem o progresso atual de Portugal e sua cultura. Tudo ali se faz a correr, desde as refeições ao estudo dos vários problemas, pelo que tudo é superficial, inconsciente, movediço... [...]

A vida nas ruas do Rio de Janeiro e S. Paulo é buliçosa, barulhenta, num constante atropelo em que a condição humana se despreza completamente. Os desastres de automóvel no Distrito Federal contam-se diariamente por centenas, oferecendo, por vezes, aparatosos aspectos, que os esgares dos mortos realçam e eternizam na memória dos que a eles assistem.

Não há vida noturna no Brasil. A vida do Rio morre completamente por volta das 23 horas. A onda de crime que vem invadindo a capital carioca estabeleceu no espírito dos seus habitantes uma espécie de terror que os imobiliza sempre que pensam pôr o pé fora de casa. É de negros a grande percentagem de criminosos – negros e mulatos de corretíssimas feições, que os negros beijudos, esses, são dóceis e pacatos. Mas o crime assim banalizado e os atentados à mão armada nas avenidas de maior movimento e em pleno dia, são um aspecto apenas da vida daquele povo e uma consequência da sua “democrática” organização social, que não comporta uma polícia decente e suficiente para reprimir tais abusos nem corajosa ao ponto de entrar nas variadíssimas “favelas” dos morros onde se alojam centenas de criminosos com dezenas de crimes impunes cada um. [...]

Vive nas favelas mais de um milhão de pessoas. São a imundície do Rio, a sobressair acima das grandes construções, verdadeira enxurrada que sobre elas se precipita arrasadoramente, dia a dia, a estragar a vida da cidade “quando não dorme”.

Neste ambiente perturbado, com uma imprensa libérrima em que o crime se exalta, desde o jornal à revista, crescem as crianças do Brasil, impressionadas pela barbaridade e descabro da sociedade em que vivem. [...]

É este o terrível aspecto da vida brasileira, pelo qual terá de definir-se o seu verdadeiro conceito de “Educação”. Ricos e pobres, aristocratas e plebeus, letrados e iletrados – todos, sem distinção, participam desse ambiente perturbado, onde as consciências se pervertem e a sensibilidade adormece.

Trecho 3

PENTAGNA, Romanda Gonçalves. **Didática geral**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1961.

O “ciclo docente”

O “ciclo docente” é uma concepção do Prof. Luiz A. de Mattos sobre as fases do ensino, que, a seu ver, assim se distribuem:

A) Planejamento:

1. de curso;
2. de unidade;
3. de aula.

B) Orientação:

1. motivação da aprendizagem;
2. apresentação da matéria;
3. direção de atividades;
4. integração do conteúdo da aprendizagem;
5. fixação da aprendizagem.

C) Controle:

1. sondagem e prognose da aprendizagem;
2. manejo de classe e controle da disciplina;
3. diagnose e retificação da aprendizagem;
4. verificação e avaliação do rendimento.

[...]

Princípios, normas e técnicas do ensino

Além de conhecer o funcionamento dos cinco elementos básicos da educação e as técnicas específicas do “ciclo docente”, o professor terá que estudar “os princípios gerais e as normas práticas que regulam toda a ação docente”, porque o bom mestre não é aquele que aplica mecanicamente as técnicas didáticas e sim aquele que as aplica adaptando-as à natureza do aluno, a fim de torna-las eficientes à aprendizagem do educando.